

ANÁLISE DE CONJUNTURA E AS CONTRIBUIÇÕES DOS SABERES PROFISSIONAIS GEOGRÁFICOS NA EFETIVAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS

André Markian Ferreira Boruck ¹

Antonio Marcio Haliski ²

RESUMO

Este trabalho busca demonstrar as contribuições da análise de conjuntura, enquanto metodologia possível para a (re)elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas, evidenciando as contribuições advindas dos saberes geográficos. Para isso, inicialmente referenciamos o que é o PPP e seu sentido constitucional e acadêmico, conforme proposto e executado nas instituições de ensino. Na sequência apresentamos o caminho metodológico de pesquisa desenvolvido pelo PIBID Geografia no Colégio Estadual Gabriel de Lara, localizado em Matinhos-PR. O subprojeto combinou a análise documental do PPP a análise de conjuntura na pesquisa in loco através do contexto escolar em questão. Os resultados parciais revelam aspectos positivos a partir das representações cartográficas construídas por meio das estatísticas de pesquisa. Assim, verificamos que os saberes geográficos são fundamentais para o entendimento da realidade, desde o contexto socioeconômico que a escola se insere, até a análise de legislação educacional, as quais acompanham toda a elaboração do documento.

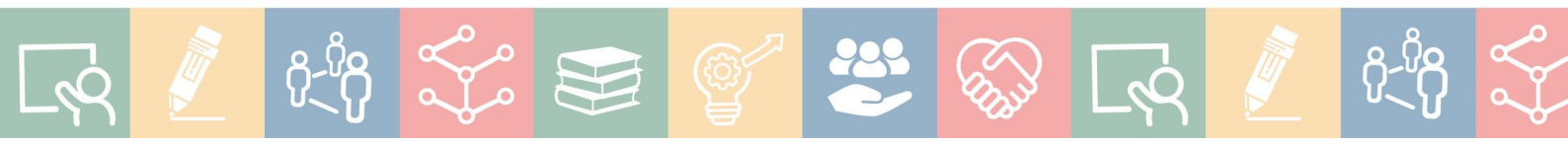
Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Saberes geográficos, Análise de conjuntura.

INTRODUÇÃO

Ao compreender a escola enquanto fruto do seu tempo-espaço, o Projeto Político Pedagógico (PPP) – sendo um dos seus eixos estruturantes – revela sua finalidade social através da construção histórica da gestão democrática na educação brasileira (Veiga, 2013). Por meio das atividades desenvolvidas pelo PIBID Geografia, foco de nossa análise, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar as contribuições da análise de conjuntura (Souza, 2013), enquanto caminho possível para a (re)elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas, evidenciando as contribuições advindas dos saberes geográficos. Para isso, metodologicamente alinhamos a análise documental do PPP da escola que atuamos, junto a análise de conjuntura sobre o contexto escolar em questão. Assim, após

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná- UFPR, andre.markian@ufpr.br.br;

² Professor pelo Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, antoniohaliski@ufpr.br;



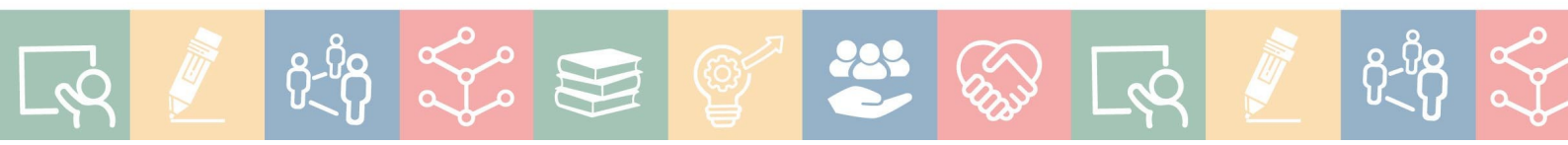
o reconhecimento da realidade da escola, criamos Grupos de Trabalhos (GTs) com o intuito de aproximar e analisar a teoria e prática do PPP da instituição de ensino. A partir desse processo, visto a metodologia empregada, destaca-se a contribuição do pensamento geográfico pela capacidade de construir e transitar entre escalas espaço-temporais analíticas, as quais transpassam diretamente o ambiente escolar.

Os resultados parciais revelam aspectos positivos a partir das representações cartográficas construídas por meio das estatísticas de pesquisa. Assim, verificamos que os saberes geográficos são fundamentais para o entendimento da realidade, desde o contexto socioeconômico que a escola se insere, até a análise de legislação educacional, as quais acompanham toda a elaboração do documento. Desse modo, o trabalho em questão enfatiza o PPP enquanto um documento essencial para uma escola verdadeiramente democrática e, principalmente, a relevância dos saberes geográficos na sua constituição. Nos referimos ao fato de que o geógrafo olha para a escola a partir de lentes multidimensionais (política, econômica, ambiental, cultural, ambiental) e multiescalar (desde as relações do local, regional, nacional e até global), permitindo entender a escola em movimento e ao mesmo tempo influenciando e sendo influenciada, como por exemplo, por políticas educacionais, carência de infraestruturas, entre outros.

Portanto, mostra-se primordial construir inicialmente uma relação entre conjuntura e estrutura, sintetizando seus fundamentos legislativos e teóricos, com seus desafios históricos. Na sequência, para os fins da pesquisa, definir o que é um PPP, assim como determinar a metodologia da análise de conjuntura. Por fim, após justificar a aproximação da metodologia escolhida ao campo geográfico, apresenta-se o desenvolvimento, resultados e discussão da pesquisa.

METODOLOGIA

O subprojeto PIBID Geografia, o qual integra os cursos de Geografia do Setor Litoral (Matinhos-PR) e Setor Politécnico (Curitiba-PR) da UFPR, atua em três colégios estaduais situados em contextos socioeducacionais distintos. Como estratégia de formação, os bolsistas foram instigados a pesquisar a realidade escolar das instituições à luz da análise documental de seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), os quais foram apresentados pelos representantes de cada escola para o grupo geral do programa. Desse modo, no Colégio Estadual Gabriel de Lara (Matinhos-PR) - foco deste trabalho - realizamos, no primeiro semestre de 2025, uma análise de conjuntura combinada à pesquisa-ação participativa



(Peruzzo, 2017). Ao compreender a escola como fruto do seu tempo-espaço e utilizar a análise de conjuntura enquanto método se mostra válido, uma vez que permite uma avaliação dos cenários sociais, econômicos e principalmente políticos de uma determinada conjuntura.

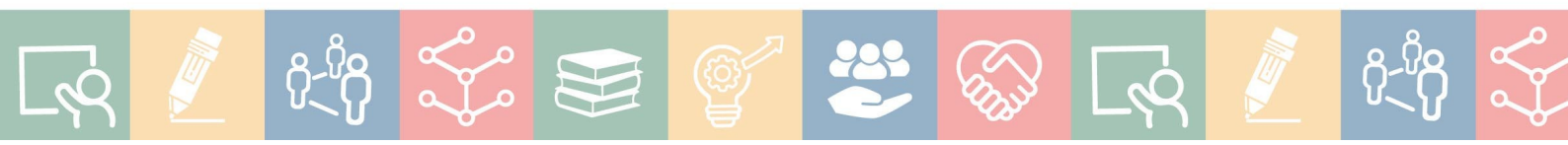
Por meio da análise documental do PPP e a pesquisa-ação no cotidiano da escola, identificou-se os principais acontecimentos, cenários, atores, relações de forças e articulações entre a estrutura e conjuntura. Essas categorias permitiram a construção de Grupos de Trabalho (GT), compostos por 2 bolsistas cada, adequados à realidade escolar em questão. No segundo semestre de 2025, com o decorrer da pesquisa, o GT “Perfil Socioeconômico” aplicou questionários com os estudantes, a fim de coletar dados relevantes para aquela análise de conjuntura. A pesquisa de caráter anônimo, aprovada previamente pela direção da escola, deu-se a partir de um formulário online, aplicado através dos tablets. Foi realizada nos três períodos de aula com todas as turmas de do 6º Ano do Ensino Fundamental e 3º Série do Ensino Médio da escola, contando com 262 respostas. Considerando que a escola possui cerca de 1.400 alunos no total, a pesquisa contou com uma amostragem de aproximadamente 19% dos estudantes. A escolha pelas turmas em questão se deu tendo em vista analisar posteriormente o perfil dos estudantes que chegam na escola (6º ano) e aqueles que saem (3º ano do ensino Médio).

Segundo Peruzzo (2017), além da autonomia do grupo de pesquisa, um dos principais propósitos da pesquisa-ação participativa é partir de alguma problemática real do grupo buscando solucioná-la. Da mesma maneira, a “análise de conjuntura de modo geral é uma análise interessada em produzir um tipo de intervenção na política” (Souza, 1986, p. 17). Ou seja, ambas almejam, em diferentes escalas, uma análise que permita a transformação social daquele espaço, a qual ocorre através de um ato político.

Portanto, dada a dimensão política de um PPP, compreendemos que a seleção de tais metodologias trazem contribuições relevantes para sua efetivação. Pois a escola não está isolada das dinâmicas sociopolíticas que se constroem historicamente (estrutura). Muito pelo contrário, sua conjuntura é diariamente transformada pelas políticas – em diferentes níveis de atuação – que transpassam a escola com suas concepções, intenções e objetivos. E é justamente por isso que a relação entre pesquisa-ação participativa e a análise de conjuntura dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas concebem uma particularidade analítica única.

REFERENCIAL TEÓRICO

Houve um longo caminho de construção para o PPP se tornar uma exigência institucional para as escolas de educação básica. De acordo com Sulzbach (2012), sua origem legal remonta às transformações sociais ocorridas a partir de 1980. No contexto da retomada dos governos democráticos após décadas de regimes militares – com políticas autoritárias, verticalizadas e intervencionistas – as reivindicações não se resumiam à busca somente dos



direitos de representação política. Ao exigir a cidadania na sua dimensão participativa, destacam-se também as lutas de múltiplos atores educadores por propostas pedagógicas contra-hegemônicas.

Contrários ao sistema educacional historicamente estruturado, reivindicavam a autonomia nas escolas como base para o exercício democrático. Nesse sentido, é necessário ressaltar que

A gestão democrática não é só um princípio pedagógico. É também um preceito constitucional. [...] Em seu artigo 206, quando a Constituição Federal estabelece os ‘princípios do ensino’, inclui, entre eles, no Inciso VI, a ‘gestão democrática do ensino público’, princípio este retomado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Gadotti, 2014, p. 1).

Sustentado por sua determinação legal no artigo 12 da Lei de Diretrizes de Base (nº9394/96), o PPP se constitui enquanto uma das legitimações da gestão democrática na rede de educação nacional. Desse modo, sua construção está prevista para ocorrer de modo coletivo pelos agentes da educação, conforme apontado no artigo 14.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

[...]

Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

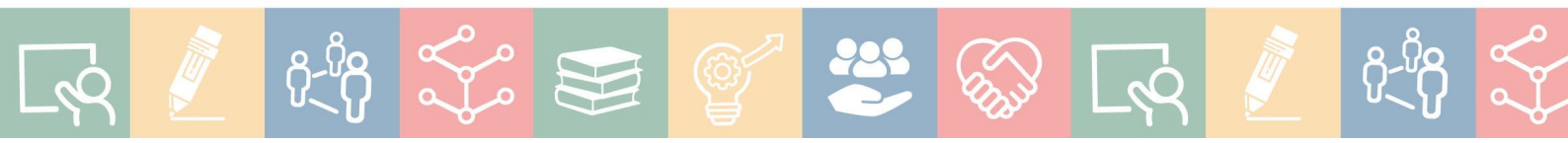
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; (Brasil, 1996).

Conjuntamente, referente à educação brasileira, existe uma complexa relação em cadeia das dinâmicas globais – como o avanço do ordenamento neoliberal de desenvolvimento – sobre os efeitos em diversos setores do território nacional (Sulzbach, 2012). Para além disso, ao analisar a construção democrática brasileira e seus desafios, Carvalho (2021) mostra ser fundamental considerar as influências estruturais que se estabelecem a partir da formação socioterritorial do Brasil. Tanto fatores internos quanto externos de diferentes tempo-espacos, ocasionam em prejuízos e desafios para a construção e consolidação da cidadania, soberania e bem viver da sociedade brasileira. Dessa maneira,

A escola nessa perspectiva é vista como uma instituição social, inserida na sociedade capitalista, que reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade (Veiga, 2007, p. 16).

O que é um Projeto Político Pedagógico?

A partir das suas intenções, determinações legais e aplicação no território nacional, o Projeto Político Pedagógico (PPP), em síntese, pode ser compreendido como o documento



próprio da instituição que integra sua organização de trabalho pedagógico. Dada sua construção histórica, sua principal característica está na socialização das decisões através da participação comunidade escolar, a qual possui autonomia sobre o processo de ensino-aprendizagem.

Um Projeto Político Pedagógico se constitui enquanto projeto uma vez que existe um planejamento sobre as ações que serão desenvolvidas. Ao avaliar o presente, propõe-se um futuro de acordo com as intenções e finalidades basilares da comunidade escolar. Trata-se de buscar, ou reafirmar, a orientação e sentido daquela instituição a partir da avaliação. “Pedagógico” diz respeito ao seu propósito formativo, visto que o documento constrói os “critérios para a organização curricular e a seleção e estruturação dos conteúdos, das metodologias de ensino, dos recursos didáticos e tecnológicos e da avaliação” (Veiga, 2013, p. 163). Por fim, sua dimensão política se forma pela busca em atender os interesses reais e coletivos para a formação cidadã de um determinado coletivo (Veiga, 2007).

Posto isso, a escola agora interpretada como estrutura socialmente instituída³ – precedendo assim uma constante dinâmica de transformação – compreende que o PPP está além de um “rearranjo organizacional” da escola. Corresponde a um “processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação da sua intencionalidade” (Veiga, 2007, p. 13). Portanto, não cabe às administrações centrais da educação definirem um modelo único de organização escolar, mas sim orientar e auxiliar, técnico e financeiramente, as instituições de ensino (Veiga, 2007).

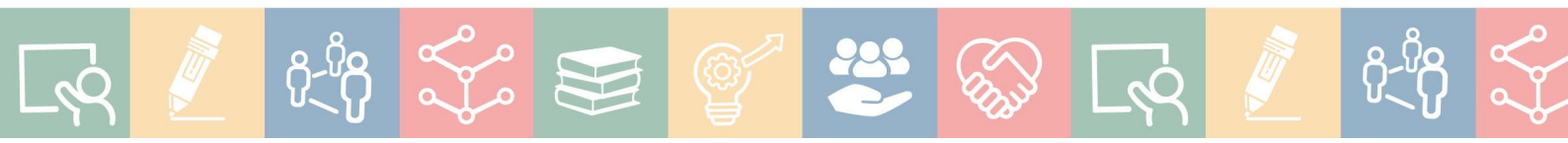
É nesse sentido que o Projeto Político Pedagógico constitui seu caráter fundamental: torna-se um documento identitário e dinâmico da instituição. É através dele que a escola reafirma suas propostas político-pedagógicas de acordo com o imbricamento das suas teorias e práticas, planejando seu processo de ensino-aprendizagem. Em consonância a proposta de gestão democrática, legitimar a autonomia e identidade das instituições contribui para a garantia da pluralidade de ideias, concepções e propostas nos diversos espaços escolares.

Desse modo, o PPP pode assumir diferentes conotações dependendo das concepções que orientam a escola. Nos dias atuais, sua potencialidade pode ser apropriada de diferentes maneiras: Desde um documento meramente obrigatório a ser divulgado para a Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) - muitas vezes sendo utilizado para mascarar dados escolares -, para ilustrar, até “a força motriz nos discursos que versam sobre a construção da autonomia e da gestão democrática das e nas escolas públicas de educação básica” (Sulzbach, 2012, p. 4).

O que é Análise de Conjuntura?

De acordo com o resgate epistemológico de Virgens e Teixeira (2023), a fundamentação teórica que constitui a expressão “conjuntura” é ampla. Ao longo da história,

³ Escola enquanto estrutura instituída e instituinte: uma vez que é algo instituído, é natural existir um movimento dinâmico de transformação, visto que a escola dialoga com seu tempo-espaço e sua finalidade social. Nesse sentido, para a gestão democrática, entende-se que a escola deve estar pautada em propostas contemporâneas ao seu tempo-espaço (Veiga, 2013).



diferentes áreas do conhecimento se apropriaram do termo, principalmente aquelas ligadas às teorias políticas e econômicas. Ainda que seja abrangente, é possível destacar seus aspectos centrais mais relevantes.

Conjuntura pode ser conceituada enquanto uma delimitação do momento (Virgens e Teixeira, 2023, p. 327), onde a definição parte de um recorte sobre tempos políticos. Além disso, sua essência parte da reflexão crítica e profunda, verificando quais forças e fenômenos se articulam num tempo delimitado.

Quando se propõe a análise de conjuntura, para Alves (2008, p. 1)

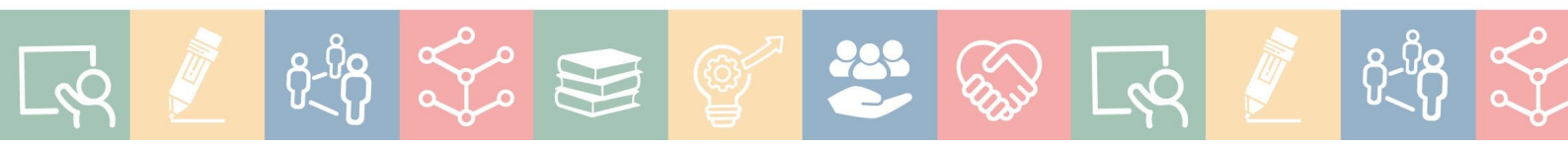
O desafio [...] é compreender as inter-relações das partes que formam o todo, pois a totalidade é um conjunto de múltiplas determinações. Neste sentido, a análise de conjuntura funciona como um mapa que nos permite ‘viajar’ na realidade. Existem mapas mais detalhados ou menos detalhados, assim como existem muitos tipos de mapas: geográficos, rodoviários, ferroviários etc. Cada um é definido em função de um objetivo e tem a sua própria escala. Assim, também, é a análise de conjuntura que busca traçar um mapa da correlação das forças econômicas, políticas e sociais que constituem a estrutura e a superestrutura da sociedade, as quais se vinculam através de relações de poder.

Em concordância, Souza (2013) compreende o método pela identificação dos elementos e forças sociais que compõem a realidade, também enfatizando que tal avaliação é formulada através dos interesses e necessidades postas, ou seja, não é neutra. Conforme posto por Alves (2008), esse exercício pode ser realizado de diferentes maneiras, intencionalidades e escalas. Assim, dado os fins deste trabalho, é válido destacar que a análise de conjuntura se aproxima tanto de um saber quanto prática científica.

Na verdade a todo momento e em relação às mais variadas situações fazemos ‘análises’ de conjuntura sabendo ou não, querendo ou não; quando decidimos sair de casa, sair do emprego, entrar num partido, participar de uma luta política, casar, colocar o filho num colégio, evitar ou buscar uma briga, descansar ou ficar atento, em todas essas situações, tomamos decisões baseados em uma avaliação da situação vista sob a ótica de nosso interesse ou necessidade (Souza, 2013, p. 7).

Simultaneamente, Virgens e Teixeira (2023, p. 329) agregam referenciais teóricos, os quais criaram hipóteses sobre a existência de “regularidades” e uma “racionalidade política”, porém, ainda considerando que conjunturas são “multi-determinadas”, logo necessitam de interpretações locais espaço-temporalmente.

Apesar do autor [Brussi] considerar a possibilidade dessa prática ser ‘reconhecida como o conhecimento científico de tempo curto’, ele reforça a defesa de que ‘suas análises necessitam estar desamarradas dos rigores usuais da teoria e da metodologia, apresentando-se como o lugar da liberdade, da criação e da inovação do método e da teoria social’ [...]. Na dinâmica científica, rigor tem outro significado para Macedo [...] e não se confunde com amarras, mas representa ‘a busca da qualidade epistemológica, metodológica, ética e política’ [...], sendo um elemento que subsidia a crítica e possibilita a construção do saber científico. Para esse autor, o limite à inovação decorre da rigidez, que impediria adaptações diante dos recortes e necessidades do estudo (Virgens; Teixeira, 2023, p. 331).



Em ambos os casos, independente da intencionalidade prevista – seja a análise de conjuntura apropriada enquanto um saber por grupos sociais, ou enquanto objeto teórico de análise científica – é de suma importância a coerência metodológica para sua prática. É com essa pretensão que Souza (2013) fundamenta as categorias essenciais de uma conjuntura: Acontecimentos; Cenário; Atores; Relação de Forças e Articulação entre Estrutura e Conjuntura.

Relações entre a Análise de Conjuntura e o Saber Geográfico

Conforme enfatiza Santos (2006, p.1),

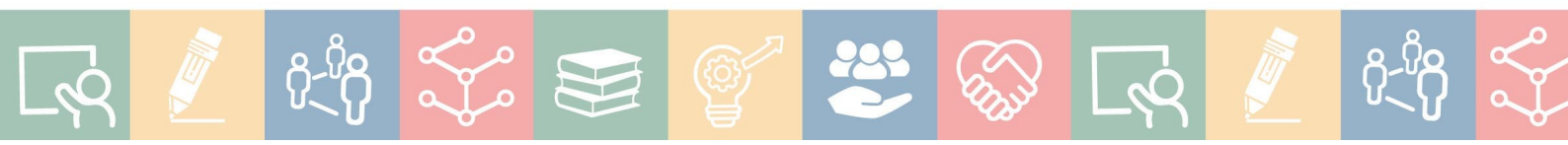
A riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico

Posto isto, é notável a relação entre a metodologia proposta e as contribuições dos saberes geográficos no contexto escolar. Pois ambas realizam o exercício de estabelecer e relacionar diferentes escalas analíticas espaço-temporais e, retomando Veiga (2007, 2013), as escolas são frutos desses tempo-espacos. Sendo assim, uma vez que a Geografia busca reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos, mesmo nascendo em outras áreas do conhecimento, a análise de conjuntura se constitui enquanto análise geográfica. Ao mesmo tempo, podemos assumir que a análise de conjuntura é um processo intrínseco à própria formação e prática do geógrafo.

O espaço é freqüentemente considerado como espaço político, espaço econômico, espaço antropológico, espaço turístico. E esse é um grande problema para a disciplina. Fragmentada, a geografia não oferece uma explicação do mundo e portanto passa a precisar cada vez mais de adjetivos que expliquem a sua finalidade. Ela perde substância e corre sérios riscos de não ser mais necessária nos currículos escolares. Tal fragmentação é decorrente, de um lado, da crescente impossibilidade, socialmente gestada, de percebermos que todos os elementos agem conjuntamente (e separações podem ser feitas apenas para fins analíticos). Soma-se a isto a consagração da fragmentação no ensino em todos os planos (nas aulas, nos livros, nas grades curriculares) (SANTOS, 2006, p. 3).

Assim verificamos que para além da disciplina curricular de Geografia, na própria elaboração, renovação e efetivação dos PPPs é fundamental que os saberes geográficos sejam considerados para que os espaços escolares sejam compreendidos em sua totalidade, em um movimento dialético. Portanto, é necessário ter ciência dos seus principais aspectos, fenômenos e processos, os quais são revelados pelos conceitos, categorias e métodos empregados pela geografia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

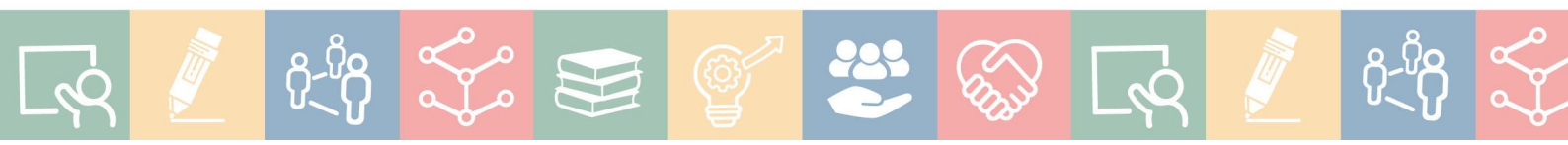


A análise de conjuntura, utilizada enquanto metodologia estratégica no período de (re)conhecimento da escola, mostrou resultados positivos para identificar as particularidades do contexto socioterritorial em que ela se insere. A partir da relação traçada entre o PPP da instituição de ensino e a realidade dos seus espaços escolares, foi possível pensar coletivamente os caminhos de pesquisa que seriam realizados pelo PIBID Geografia. Desse modo, criam-se 4 Grupos de Trabalhos com o intuito de aproximar a realidade escolar ao PPP, assim como contribuir trazendo a análise geográfica ao documento.

O GT “Perfil Socioeconômico” verificou que a comunidade escolar é descrita no documento como plural, contudo, resume-se a um parágrafo descritivo das principais ocupações e classes econômicas. Portanto, mostrou-se necessário buscar métodos para identificar e representar tal diversidade. Visto os objetivos do PPP, outra demanda foi verificar as questões da escola relacionadas à acessibilidade, assim, o GT “Políticas de Inclusão” ficou responsável pela análise dos espaços escolares, suas estruturas e equipamentos. Também, o grupo de pesquisa considerou relevante o levantamento e comparação de dados escolares, atividade desempenhada pelo GT “Análise de Dados”. Por fim, uma vez que o PPP enfatiza a importância de apropriação das tecnologias digitais no processo de ensino aprendizagem, o GT “Currículo e Uso das Tecnologias” propõe construir uma análise acerca deste aspecto.

Dado o objetivo geral e as especificidades de cada GT, compreendeu-se necessário o levantamento de dados do contexto escolar para aprofundar as pesquisas. Assim, a aplicação de formulários com os estudantes – processo explicitado anteriormente na metodologia do trabalho – possibilitou verificar questões socioeconômicas, de acessibilidade e referente ao uso de tecnologias.

Enquanto resultado parcial, o GT “Perfil Socioeconômico” confeccionou cartografias, as quais auxiliam a compreender a composição da comunidade escolar uma vez que representam, geograficamente, os dados obtidos. A espacialização da estatística de pesquisa permitiu aferir a distribuição dos estudantes pelos bairros de Matinhos-PR. Nesse processo nota-se que, mesmo sendo uma escola central, a quantidade de estudantes residentes nas regiões periféricas da cidade se equiparam ou podem ser até maiores daqueles residentes nos bairros centrais (Figura 1).



BAIRROS DE ORIGEM DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO ESTADUAL GABRIEL DE LARA

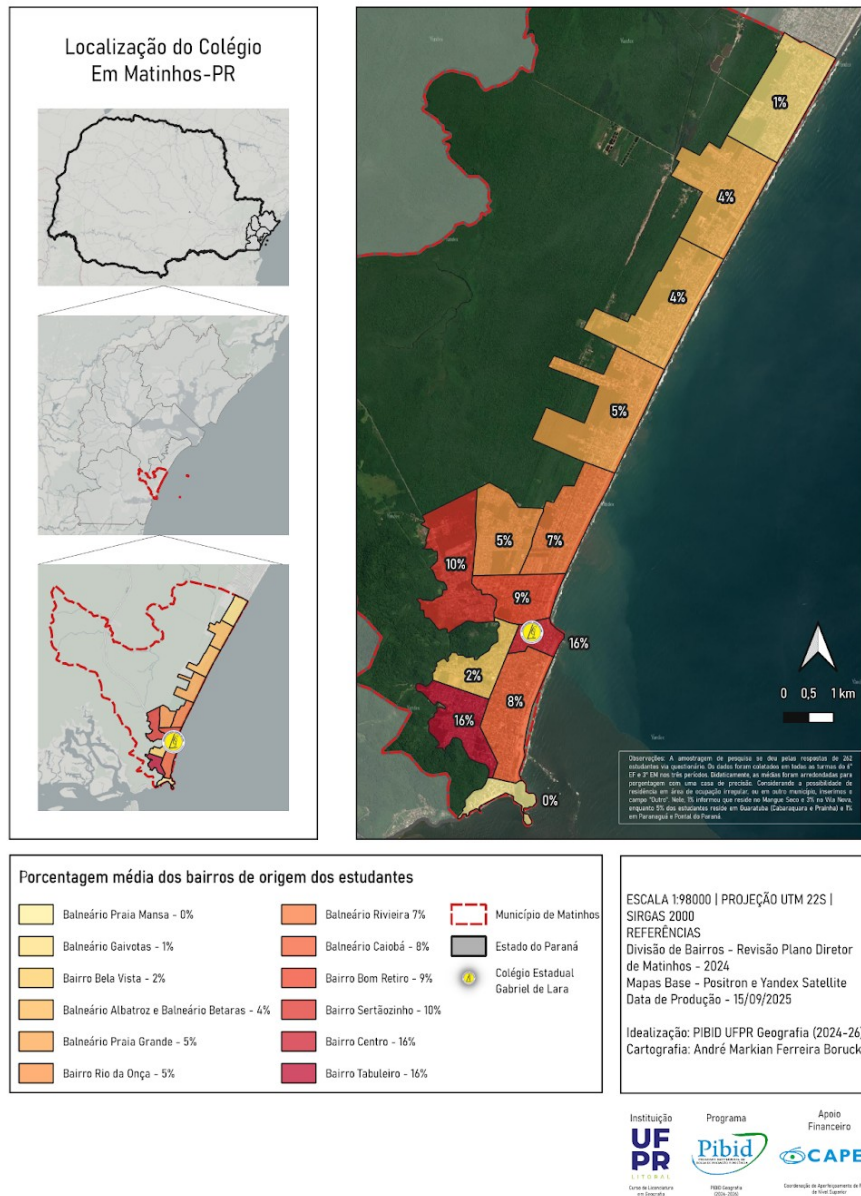
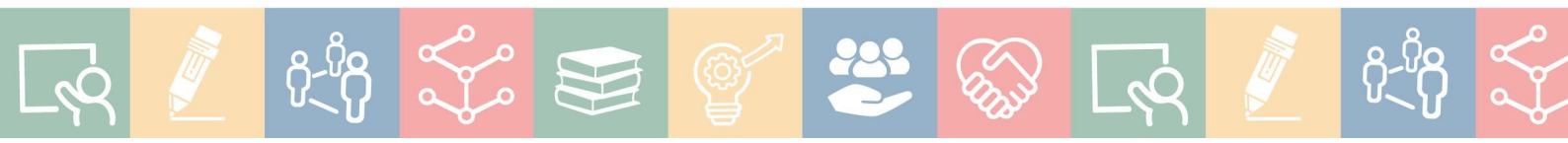


Figura 1 - Representação Cartográfica dos dados de Pesquisa.

O próximo passo do Projeto PIBID é o aprofundamento dos dados coletados e presentes na representação acima. Nesse sentido, o que estamos defendendo é que para (re)conhecermos a escola é preciso lançar mão de metodologia(s) que a entendam em movimento e como



resultado de múltiplos processos. É aí que se destaca a análise de conjuntura e o papel do geógrafo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados iniciais, nota-se que enquanto metodologia a análise de conjuntura permitiu não somente o (re)conhecimento do contexto escolar, mas também a estruturação da pesquisa-ação desenvolvida pelo projeto PIBID. Nos referimos ao fato de que estamos participando da (re)construção do PPP. Além disso, as categorias empregadas contribuíram diretamente na análise geográfica da escola, em suas múltiplas dimensões e escalas, bem como evidenciou a importância que os geógrafos podem assumir neste processo.

Desse modo, enfatizamos que o caminho metodológico formulado apresentou ferramentas passíveis de execução e o necessário fortalecimento das relações entre escola-universidade-comunidade, para a construção e efetivação de seus PPPs e que se revelem em uma instituição verdadeiramente democrática, que traduza os anseios da sociedade em que se insere. Para isto ocorrer devemos partir desde um bom diagnóstico para posteriormente pensarmos em estratégias coletivas de efetivação de demandas.

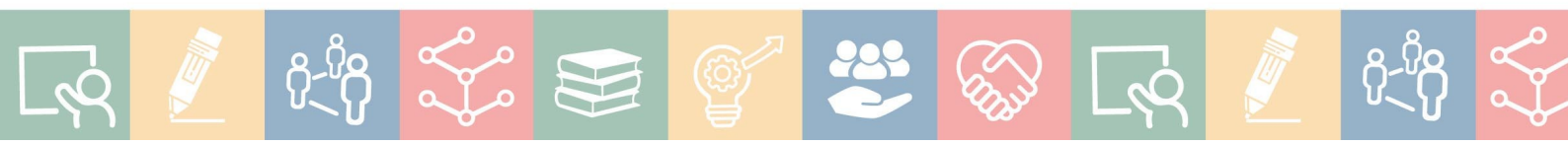
AGREDECIMENTOS

O presente trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do financiamento concedido ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Subprojeto Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), iniciado período de 2024 previsto para dois anos. O suporte oferecido pela CAPES foi fundamental para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação docente que subsidiaram a elaboração deste estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Análise de conjuntura: teoria e método**. Inclusão Social em Debate, p. 1-11, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.



CALDART, Roseli Salete et al. **Inventário da realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo**. Versão para experimentação prática nas escolas e em cursos de formação de educadores do campo, aberta à construção coletiva. Veranópolis/RS: IEJC, jul. 2016. Guia discutido no Seminário: Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo, 16 a 18 de junho de 2016. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/02/Inventario_da_Realidade_Guia_Metodologico_para_uso_escolas_do_campo_Jul16__1_.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

DOS PASSOS SULZBACH, Cíntia. **O processo histórico de construção do Projeto Político-Pedagógico nas escolas públicas do município de Chapecó-SC**. Colóquio Internacional de Educação, v. 1, n. 1, 2011.

DOS PASSOS SULZBACH, Cíntia. **Projeto Político-Pedagógico: desafios de elaboração e implementação em escolas da rede municipal de ensino de Chapecó-SC**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática com participação popular**. In: Conferência Nacional de Educação. 2014.

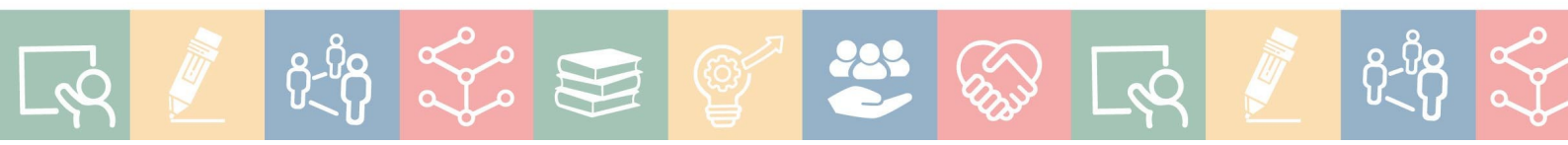
GIROTTI, Eduardo Donizeti. **Escola pública e democracia no Brasil: alguns apontamentos**. Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, v. 21, n. 1, p. 19-31, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Milton. **O papel ativo da geografia: um manifesto**. Revista Tamoios, v. 2, n. 1, 2006.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papirus Editora, 2007.



VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação.** Retratos da Escola, v. 7, n. 12, p. 159-166, 2013.

VIRGENS, João Henrique Araújo; TEIXEIRA, Carmen Fontes. **Análise de conjuntura: contribuições teórico-metodológicas.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 120, p. 325-357, 2023.

